

A MILITARIZAÇÃO COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM OUTRO OLHAR

MILITARIZATION AS A PUBLIC EDUCATION POLICY: ANOTHER LOOK

H. G. HONORATO^{1*}

¹ Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, Divisão Psicossocial. Rio de Janeiro, Brasil,
Email: hghhma@gmail.com

ARTICLE INFO

Article history:

Received 2020-01-17

Accepted 2020-02-20

Available online 2020-02-20

Palavras-chave: Colégio da Polícia Militar. Gestão escolar compartilhada. Gestão democrática. Militarização. Políticas públicas educacionais.

Keywords: Military Police School. Shared school management. Democratic management. Militarization. Educational policies.

RESUMO. O objetivo deste estudo é apresentar um outro olhar sobre a militarização dos colégios públicos, ambiência no ensino médio. Esta pesquisa é de abrangência qualitativa com pesquisas documental e bibliográfica. Para o seu desenvolvimento, escolheu-se a metodologia de estudo de caso, tipo único, sendo o caso o Colégio Militar Tiradentes, da Polícia Militar de Alagoas, localizado na cidade de Maceió. Foi aplicado um questionário aos gestores responsáveis, tanto pela administração como pela parte pedagógica. Os principais conceitos desvelados foram: militarização, hierarquia e disciplina, autoridade, gestão democrática, escolas, mérito e violência escolar. Foram também levantadas as dez principais críticas, tanto positivas quanto negativas. Incorreto afirmar que os alunos dos colégios militares são dóceis, castrados, não críticos e que são homogeneizados por intermédio de pouquíssimas disciplinas militares, que apenas ensinam algo que nos dias atuais estão um pouco distantes, como a ética, o civismo e o respeito. Os militares do nosso estudo não usam armas dentro dos muros do colégio, convivem em harmonia com os seus pares do setor pedagógico e docência, cuidam de manter uma estreita relação com os responsáveis por seus alunos, tanto em reuniões de pais e mestres, quanto na convivência de portas abertas à comunidade. Um fator de força nessa relação é o Grêmio Estudantil, que congrega atividades em que alunos, mestres, gestores militares e responsáveis participam de atividades lúdicas e acadêmicas. Por isso, entende-se que o colégio em tela contribui para a formação do cidadão brasileiro.

ABSTRACT. The aim of this study is to present another look at the militarization of public schools, focusing in high school. This research is of qualitative scope with documental and bibliographical research. For its development, it was chosen the case study methodology, unique type, being the case the Tiradentes Military School, of the Military Police of Alagoas, located in the city of Maceió. A questionnaire was applied to the managers responsible for both administration and teaching. The main concepts unveiled were: militarization, hierarchy and discipline, authority, democratic management, schools, merit and school violence. The top ten criticisms, both positive and negative, were also raised. It is incorrect to say that students in military school are docile, castrated, non-critical and homogenized through the very few military disciplines, which only teach something that is a little distant these days, such as ethics, civility and respect. The military in our study do not use weapons within the school walls, live in harmony with their peers in the pedagogical and teaching sector, and maintain a close relationship with those responsible for their students, whether in parent-teacher meetings or in open doors to the community. A strength factor in this relationship is the Student Union, which brings together activities in which students, masters, military managers and guardians participate in recreational and academic activities. Therefore, it is understood that the school in question contributes to the formation of the Brazilian citizen.

1. INTRODUÇÃO

*"O saber é transmitido
Com justiça e exatidão
Nossos mestres nos ensinam
Com amor e devoção
O ofício de estudar
Para sempre nessa nação!"*

(Hino do Colégio Tiradentes da PM de Alagoas, grifo nosso).

Em recente estudo apresentado pelo Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede¹), em seguida à apresentação dos resultados do Pisa 2018, o Brasil foi considerado um dos países com maior desigualdade entre os estudantes considerados ricos e pobres. Por exemplo, os estudantes brasileiros entre 15 e 16 anos, de alto nível socioeconômico, estão quase 3 (três) anos de aprendizagem em leitura à frente daqueles de nível socioeconômico baixo, da mesma idade.

Iniciativa do governo federal prevê a reformulação de escolas públicas, com base nos padrões de colégios militares, com aprimoramento das áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. No campo da educação, portanto, no despertar do seu segundo dia de mandato, foi aprovado o Decreto nº 9.665 (BRASIL, 2019a) que criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM). Ato contínuo sobre o mesmo tema, em 5 de setembro de 2019, foi instituído, pelo Decreto nº 10.004 (2019b), o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), cuja finalidade, descrita em seu artigo 1º, é o de "promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio". Segundo o próprio decreto, as Escolas Cívico-Militares (Ecim) são escolas públicas regulares, estaduais, municipais e distritais, que aderirem, voluntariamente e por via de seus poderes executivos respectivos, ao Pecim.

Em virtude do início da preparação do Pecim e com a implantação do programa prevista para 2020, este estudo não se aprofundou na temática descrita no decreto de sua criação, que deixa claro ser um programa de governo, a exemplo do que existe no estado de Goiás, que conta atualmente com cerca de 60 colégios públicos com gestão administrativa militarizada. O foco deste trabalho, portanto, são os colégios militares, reconhecidos como modelos de excelência de gestão escolar e base desse programa.

Constituiu-se o quadro teórico, apresentando justificativas de autores das mais diversas áreas de formação acadêmica. Em sua maioria, eram críticas fortes à militarização das escolas públicas, discutidas e apresentadas na seção "argumentos e reflexões". Este autor foi formado, tanto no 2º grau da época, hoje ensino médio, como na graduação, em escolas militares. Nesse sentido, vejo-me compelido a apresentar um outro olhar sobre a militarização dos colégios públicos, através de leituras ampliadas e associando educação e militarização: o campo da gestão administrativa e pedagógica das escolas militares, em

¹Disponível em: <https://www.portaliiede.com.br/pisa-2018-brasil-e-um-dos-paises-com-a-maior-diferenca-de-desempenho-educacional-entre-alunos-ricos-e-pobres/>. Acesso em: 20 dez 2019.

especial, no ensino médio.

Esta pesquisa é de abrangência qualitativa, pois atravessa disciplinas, campos e temas, com o uso e a coleta de uma variedade de materiais. O caminhar deste estudo contou com pesquisas documental e bibliográfica como técnicas exploratórias iniciais. Para o seu desenvolvimento, escolheu-se ainda a metodologia de estudo de caso, tipo único, que neste caso, o objeto foi o Colégio Militar “Tiradentes”, localizado na cidade de Maceió, estado de Alagoas. A metodologia empregada compreendeu ainda a aplicação de um questionário, com dez perguntas abertas aos gestores responsáveis, tanto pela administração como pela parte pedagógica do colégio.

Assim exposto, justifica-se este estudo no que tange à ampliação e aprofundamento, na validação ou não desse modelo de gestão compartilhada entre os campos militar e educacional. A relevância deste trabalho está em um caminhar acadêmico e social, principalmente, por apresentar uma pesquisa atual e pouco explorada sobre esse modelo de gestão. Surgiu, ao final, a seguinte questão de pesquisa: em que medida os colégios militares das forças auxiliares contribuem para a formação do cidadão brasileiro?

2. QUADRO TEÓRICO

Foi realizada, inicialmente, uma pesquisa no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em seu banco de Teses e Dissertações, além do de periódicos; da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (BDTD-USP) e *Google Acadêmico*. A palavra-chave utilizada nessa fase inicial foi “Escolas Cívico-Militares”, em que não foram encontrados achados ou citações. Tal fato deixa claro que o termo em questão foi criado recentemente pelo governo federal, tendo respaldo nos novos decretos recém-aprovados e já comentados.

Substituindo-se a palavra-chave para “colégios militares”, foram encontrados os seguintes quantitativos: no *Google Acadêmico*, 1300 achados; no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 37 entre teses e dissertações; no BDTD-USP, foram 78 resultados; e na BDTD, foram 114. Depois de uma filtragem, por via da leitura do título e posterior leitura dos resumos, decidiu-se a seleção final dos textos acadêmicos. Procurou-se, assim, ampliar o leque e balancear os estudos sobre os colégios militares das Polícias Militares por estado, pois verificou-se que, em grande medida, a exploração do tema deu-se por autores ligados ao estado de Goiás.

Assim, podemos citar, em relação aos estudos e estados: Gomes e Prado (2017); Santos (2018) – Bahia; Santos (2019) – Santa Catarina; Belle (2011); Castro (2016); Cruz (2017); Garrido e Filpo (2018); Guimarães e Lamos (2018); Veloso e Oliveira (2015) – Goiás;

Zanelato (2019) – Rondônia; e Segundo (2015) – Paraíba. Apenas um dos estudos deu voz aos estudantes, o de Zanelato (2019). Os demais se preocuparam com a parte jurídica e psicológica da militarização dos colégios públicos.

Outros autores foram selecionados para compor o quadro teórico, pois trazem estudos relacionados à educação e ao ensino militar no Brasil, como Castro (2004), Costa (2018), Fonseca (2016), Lerner (1997), Nogueira (2014) e Souza (2000), além de complementar com a leitura de dois trabalhos de conclusão de curso específicos sobre a temática na Escola Superior de Guerra, Rocha (2018) – “Colégio Policial Militar: um modelo de ensino de qualidade para a Educação Pública no Brasil” e Silva (2018) – “Sistema Colégio Militar do Brasil: uma educação de qualidade”.

Alguns conceitos, contextos e reflexões se fizeram necessários a partir da leitura dos estudos citados acima, como Costa (2018) e Souza (2000), em relação à história da militarização da educação em sua parte histórica, Ruotti (2010) e Sposito (1998) e sobre a violência no meio escolar, Cury (2002), na gestão democrática, Libâneo (2012), em relação à escola pública brasileira, Illich (1985), sobre o tema escola e exclusão, e Paro (2013), no trato da educação como exercício do poder. O referencial teórico foi complementado ainda com notícias vinculadas em jornais e revistas.

3. ARGUMENTOS E REFLEXÕES

Este capítulo apresenta os principais conceitos levantados a partir do fichamento do referencial teórico, que dá sustentação aos diálogos e argumentos que foram pré-requisitos para a montagem do instrumento de coleta de dados, no que tange à gestão compartilhada, tanto pedagógica quanto administrativa, do estudo de caso apresentado. Ao final, uma seção apresenta as principais críticas existentes ao modelo de militarização existente.

3.1 Principais conceitos envolvidos e suas reflexões

O primeiro conceito explorado que se mostra recorrente em todos os estudos lidos e que é ponto de discórdia e crítica é o de *militarização*. Segundo Cerqueira (1998 apud ZAVERUCHA, 2005, p. 128), significa “o processo de adoção e uso de modelos militares, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal em atividade de natureza civil, dentre elas, a segurança pública”. O professor Antonio Carlos Will Ludwig (2019), um estudioso sobre o tema das Forças Armadas e sua relação com a educação, apresenta um conceito bem próximo do anterior, porém, acredita que a forte presença das Forças Armadas no âmbito social pode ensejar iniciativas consoantes, tais como a militarização do espaço público. Deriva-se desse conceito a presença de militares em diversos setores da sociedade. No entanto, em contraponto a esse autor, Souza (2000, p.104) simplifica e amplia o conceito como “práticas de natureza patriótica, cívico-militar”.

O que se verifica e que foi constatado por Lerner (1997) é que os militares são pouco conhecidos, às vezes, estranhos até para a sociedade civil. Continuando por esse autor, apresentamos um segundo conceito bem discutido nas leituras do referencial teórico, o da *hierarquia*, cujo fenômeno existe nas mais variadas formas e situações de nossa vida social, não se carimbando como algo estritamente do campo militar. Hierarquia, em síntese, seria respeito aos níveis de autoridade. Castro (2004, p.28, grifo nosso) realça que **a obediência a hierarquia não é cega**, depende de que “o superior conheça os limites de sua autoridade [...]”, do que é correto ou não, do que se pode ou não determinar.

A *disciplina* é palavra-chave junto com a *hierarquia*, constante e presente no dia a dia da caserna. Nesse momento, cabe uma questão: a disciplina é importante em nossa vida em sociedade? Porém, vamos trazer um conceito mais restrito, o da *disciplina militar*, que seria a “uniformização, pontualidade, culto aos símbolos nacionais, gritos de guerra, cabelo curto aos meninos e asseio aos cabelos longos das meninas” (SANTOS, 2019, p.194), o que este autor assevera ser um conceito minimalista e tendencioso. Se tirarmos a palavra *militar* da conjugação, a disciplina seria ter uma ordem, um regulamento a ser seguido, a conduta que assegura o bem-estar dos indivíduos e o bom funcionamento de uma organização.

Outro vocábulo citado em profusão nos estudos lidos é o da *autoridade*, que Sennet (2016, p.30) conceitua como “alguém que tem uma força e a usa para guiar os outros, disciplinando-os e modificando seu modo de agir, através da referência a um padrão superior”. Esse autor deixa claro que a necessidade de autoridade é fundamental. Não se deve confundir autoridade com autoritarismo, que desenvolve o medo como uma forma de poder sobre os outros. O importante é que a autoridade investida em sua gestão seja legítima e que tenha uma medida de obediência voluntária.

A *gestão democrática* está estipulada na Constituição do Brasil (BRASIL, 1988) em seu artigo 206, entre seus princípios fundamentais, em que destacamos o inciso VI, que estipula a gestão democrática do ensino público. Assim, podemos conceituar *gestão* como uma “geração de um novo modo de administrar uma realidade e é, em si mesma, *democrática*, já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo” (CURY, 2002, p.165). Na *gestão democrática* da escola, já está necessariamente implícita “a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso” (LIBÂNEO, 2008, p.132).

A *escola*, como unidade básica e espaço de realização de objetivos e metas do sistema educativo, encontra-se hoje como centro da atenção da sociedade, constituindo-se de grande valor estratégico para o nosso desenvolvimento, assim como importante para a qualidade de vida e demandas sociais das pessoas que orbitam em seu entorno comunitário. Se formos elaborar um estudo com escolas de igual qualidade em sua relação ensino-

aprendizagem, uma criança de nível socioeconômico menor raras vezes poderia nivelar-se a uma criança rica. “Mesmo frequentando idênticas escolas e começando na mesma idade, as crianças pobres não têm a maioria das oportunidades educacionais que naturalmente uma criança da classe média possui” (ILLICH, 1985, p.21).

O conceito de *mérito* se faz, no momento, importante, pois está presente quando falamos em um ensino que estipula metas de aprendizagens e avaliações que se tornam necessárias na aferição de uma qualidade do que foi apreendido pelos estudantes. Isso faz com que uma pessoa seja digna de elogio, de recompensa, de premiação. Quaresma (2014, p.121), em seu estudo sobre a excelência no plural em colégios singulares de Portugal, argumenta “que o mérito é um dos principais valores das atuais sociedades liberais e sendo a escola uma instância de socialização onde se veiculam as normas e valores dominantes, [...] impacto da escolarização na internalização do ideal meritocrático”.

Em um estudo bem amplo, a professora Maria Pontes Sposito, em 1998, já tratava do tema da escola e a *violência escolar*. A *violência* é todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força (SPOSITO, 1998). As modalidades de violência propriamente dita no ambiente escolar são, em certa medida, as depredações, os atos de vandalismo e os furtos. A violência escolar é reflexo da violência disseminada, de forma mais ampla e diversificada, na própria sociedade brasileira, pelo recrudescimento da violência urbana (GARRIDO; FILPO, 2018; GUIMARÃES; LAMOS, 2018; RUOTTI, 2010;).

3.2 Críticas ao modelo de ensino dos colégios militares

Esta seção apresenta as principais críticas desveladas nas leituras dos textos referenciados e que tratam especificamente dos colégios militares das polícias militares dos estados levantados, como Bahia, Goiás, Paraíba, Santa Catarina e Rondônia. Porém, a adoção dessa política pelos governos estaduais, em grande medida, tem as seguintes justificativas principais, segundo Castro (2016), Garrido e Filpo (2018), Guimarães e Lamos (2018), Ruotti (2010), Westin (2019) e Zanelato (2019), a saber:

- (i) Escolas situadas em localidades da periferia, com situações de vulnerabilidade social e violência urbana e escolar (verbal, furto, agressões físicas);
- (ii) Indisciplina, altos índices de evasão escolar e repetência;
- (iii) Critérios socioeconômicos; e
- (iv) Resultados pífios nas avaliações nacionais (Ideb e Enem).

A adoção de uma administração militar para os colégios escolhidos pelo poder executivo estadual foi motivada pelo modelo de sucesso existente no Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB), de responsabilidade do Exército Brasileiro. O primeiro Colégio Militar teve seu início em 6 de maio de 1889, com 44 alunos, no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro (CMRJ).

Em relação aos colégios militares das Forças Auxiliares, destaca-se a mais antiga instituição em funcionamento, a Escola Estadual “Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro”, situada na cidade de Manaus, no estado do Amazonas, ligada à Polícia Militar, que iniciou suas atividades em 1994. A mais recente escola a se tornar modelo cívico-militar, o CED 03, localizado na cidade de Sobradinho/DF, de gestão administrativa da Polícia Militar do Distrito Federal, teve suas atividades iniciadas no ano letivo de 2019, na rede estadual de ensino do Distrito Federal (TEIXEIRA, 2019).

A Tabela 1 a seguir apresenta um comparativo da expansão dos colégios da Polícia Militar (CPM), por estado. Confirmando, o estado de Goiás, com 59 colégios militares estaduais, e o de Minas Gerais, com 30 instituições. Esses dois estados, com características bem claras de uma política de governo, a efetivação de uma parceria entre as secretarias de Estado da Educação e Segurança Pública, correspondendo a 42% do total dos demais estados e municípios. O estado foco do nosso estudo tem dois colégios militares, descritos em capítulo seguinte.

Tabela 1 – Mapeamento dos CPM no Brasil

UF	QUANT.	%
GOIÁS	59	28%
MINAS GERAIS	30	14%
RORAIMA	18	8%
AMAZONAS	16	8%
BAHIA	13	6%
TOCANTINS	12	6%
SAO PAULO	11	5%
MARANHÃO	7	3%
RIO GRANDE DO SUL	7	3%
DISTRITO FEDERAL	6	3%
RONDÔNIA	6	3%
MATO GROSSO	5	2%
SANTA CATARINA	5	2%
AMAPA	3	1%
CEARÁ	3	1%
ACRE	2	1%
ALAGOAS	2	1%
PARANA	2	1%
PERNAMBUCO	2	1%
PARA	1	0%
PARAÍBA	1	0%
PIAUI	1	0%
RIO DE JANEIRO	1	0%
TOTAL	213	100%

Fonte: C. C. S. Teixeira (comunicação pessoal, 21 de junho de 2019). Adaptado pelo autor.

A partir deste ponto, este autor resolveu apresentar o estado da arte das críticas, ou seja, o que existe de positivo e de negativo na gestão compartilhada.

As principais críticas negativas ao modelo de escolas militarizadas são, segundo Belle (2011), Cruz (2017), Guimarães e Lamos (2018), Santos (2019), Santos (2018), Veloso e Oliveira (2015) e Zanelato (2019), as seguintes:

- (i) Rígidos exames de seleção, criando uma “casta” elitizada (processo seletivo – “vestibulinhos”) e reserva de vagas para filhos de militares;
- (ii) Privilégio de uma infraestrutura privilegiada superior às escolas tradicionais;
- (iii) Censura de divergência de opiniões dos estudantes, através do autoritarismo e coação, para garantirem a efetivação da disciplina restritiva e autoritária, com um sentimento de medo acerca da punição quanto ao não cumprimento das normas;
- (iv) Pressão sobre os alunos para alcançarem bons resultados;
- (v) Ideologia militar da obediência ao invés da participação;
- (vi) Cobrança de mensalidade ou contribuição voluntária em uma escola pública;
- (vii) Tipo de comportamento dos professores e alunos mais passivo e subserviente às regras, à hierarquia e à disciplina;
- (viii) Educação militarizada representa distorções à formação identitária de crianças e adolescentes. Adestramentos e *castração do indivíduo em formação resultantes da lógica militar*;
- (ix) Pessoal militar sem formação na área pedagógica. Gestão militar que não conhece a realidade escolar, destituindo os diretores eleitos pela comunidade escolar;
- (x) Há a necessidade do uso de uniformes comprados pelos pais que, em certa medida, não têm condições financeiras para arcar com essa despesa.

As seguintes críticas positivas foram levantadas nos relatos dos seguintes autores Castro (2016), Maroni (2018), Gomes e Prado (2017), Santos (2019), Santos (2018) e Segundo (2015) são:

- (i) Diminuição da chance de os alunos se envolverem em situações de crime, com redução dos índices de criminalidade;
- (ii) O militarismo não interfere no processo de ensino-aprendizagem;
- (iii) Modelo superficialmente militar, com alto índice de aprovação pelos discentes e familiares;
- (iv) Colégio pautado em duas bases fundamentais: a educação e a disciplina;
- (v) Altos índices de desempenho dos seus alunos;
- (vi) Infraestrutura de qualidade, com biblioteca, sala de informática, quadra de esportes, piscinas e centro de línguas, também abertos à comunidade;
- (vii) Um modelo educacional entre normas, disciplinas, hierarquia e educação;

-
- (viii) Modelo de gestão compartilhada confere características diferentes das demais instituições públicas, no que se refere ao seu quadro de profissionais;
 - (ix) Uma relação harmoniosa entre militares, professores, alunos, gestores, funcionários e pais; e
 - (x) Contra turno, processos de montagem de aulas, de planejamento de ano letivo e apoio pedagógico fortes.

No contexto dos argumentos positivos, está a implantação nos governos estaduais e municipais dos colégios militares, a retórica que, em menor valor, assevera uma possibilidade da melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem dos seus discentes, com ambiência de chão de escola, que apresentam como fator de força, tanto para a comunidade onde está localizado o colégio, como para a comunidade escolar. Em pesquisa com discentes de um colégio militar na Paraíba, João Segundo (2015) pode constatar que 98% dos discentes é a favor da permanência da administração militar, um estado que conta com apenas um colégio militar de administração compartilhada.

4. COLÉGIO MILITAR TIRADENTES: O ESTUDO DE CASO

O Colégio da Polícia Militar de Alagoas, denominado Colégio Tiradentes, foi criado por intermédio da Lei n. 5.332, de 10 de abril de 1992. Surgiu de uma aspiração antiga da Polícia Militar de Alagoas (PMAL) em ter um estabelecimento de ensino de qualidade, voltado para a educação dos filhos dos policiais militares. De acordo com essa lei, a instituição passaria a funcionar com cursos de ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e ensino médio (1º ao 3º ano).

Em 6 de janeiro de 2005, entrou em vigor a Lei Estadual n. 6.568, de 2005, que substituiu a lei de 1992, e instituiu, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, o Sistema de Ensino Militar e deu outras providências. O artigo 1º, em seu parágrafo único, estabelece que o Sistema de Ensino tem por finalidade “formar, aperfeiçoar, especializar e treinar o efetivo das Corporações Militares, bem como oferecer ensino básico aos dependentes de seus integrantes, **com abrangência a outras crianças e adolescentes do estado de Alagoas**” (ALAGOAS, 2005, grifo nosso).

Nos dias atuais, a PMAL possui duas unidades do Colégio Militar Tiradentes: o da Unidade Maceió (CPMM), com um quadro de 680 alunos matriculados, e o da Unidade de Agreste (CPMA), localizada no município de Arapiraca, com 640 alunos matriculados, distribuídos em turmas do 6º ao 9º anos do ensino fundamental e do ensino médio. As aulas ocorrem de segunda-feira a sábado, no período da manhã ou da tarde. Os alunos do terceiro ano do ensino médio (EM) recebem reforço de disciplinas isoladas de cursinho pré-vestibular contratado pelo próprio colégio.

O *locus* desta pesquisa é a unidade de Maceió, situado à rua Roberto Pontes Lima,

208-E s/n, no bairro do Trapiche da Barra, em localização central e histórica da capital alagoana. O seu Regimento Interno (RI), documento que estrutura o CPMM, em seu artigo 3º, estabelece que a instituição é vinculada, para efeito de inspeção e fiscalização, ao Sistema Estadual de Ensino, bem como cumpre os preceitos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB).

Nesse mesmo RI, o artigo 6º assegura que o ensino visará ao desenvolvimento integral do educando, nos seus aspectos psicossocial e cognitivo, preparando-o para o exercício da cidadania e iniciação para o trabalho. O parágrafo único desse artigo estabelece que as atividades pedagógicas desenvolverão “sólida e harmonicamente a personalidade dos alunos, promovendo **a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão**, do Estado, da família e da comunidade, imprimindo **à sua formação cunho humanístico e social**” (ALAGOAS, 2005, grifo nosso).

Um ponto em grande medida questionado é o rigor excessivo com as punições, geradas pelo descumprimento das normas em vigor, ou seja, um comportamento incompatível. Para tal, como tudo em nossa vida em sociedade, existe um julgamento, que é desvelado em capítulo específico do Regimento Interno. Como existem as normas de punição, também estão previstas as normas pelo reconhecimento do mérito do estudante, presentes no Capítulo III, titulado “Recompensas”. Este autor acredita que o sistema meritocrático, se for gerido por todos da comunidade escolar, de uma forma positiva, sem disputas desagregadoras, poderá ser um motivador a mais para um bom desempenho acadêmico dos discentes.

O artigo 147º descreve o Grêmio Estudantil do Colégio da Polícia Militar, que congrega os alunos, despertando-lhes o interesse pelas atividades *cívicas, sociais, culturais, esportivas e recreativas*, no âmbito interno da instituição. O parágrafo único estipula que o Grêmio Estudantil será dirigido pelos alunos e disporá de regimento próprio, aprovado pelo diretor do CPMM. Importantes atividades são desenvolvidas pelos alunos, como a Festa Junina, as competições esportivas, gincanas para doações a lares da 3ª idade, entre outras.

Uma questão também muito criticada é a cobrança de taxas, mensalidades ou contribuições, mesmo que voluntárias dos responsáveis pelos alunos. O CPMM não cobra nenhuma mensalidade ou qualquer outro tipo de contribuição, mesmo que voluntária, dos responsáveis por seus alunos. Os recursos vêm tanto da Secretaria de Educação quanto da Polícia Militar.

O custo do uniforme também foi um tema negativo, pois as famílias não teriam condições financeiras de arcar com essa despesa. Os uniformes do dia a dia e de educação física são de responsabilidade dos responsáveis pelos discentes, tendo um custo estimado de R\$ 600,00. Os uniformes chamados “de Gala”, que são utilizados para desfiles e solenidades, só são utilizados pelos 2º e 3º anos do EM, custeados pelos pais. Porém, existe uma certa quantidade desse tipo de uniforme para cessão aos alunos que solicitaram, evitando despesas aos seus responsáveis. Nesse caso ainda, a doação dos uniformes

festivos é muito bem aceita pela administração da instituição.

Em relação aos dados do Ideb escola², no CPMM, a infraestrutura é composta de: biblioteca, sala de leitura, laboratórios de ciências e informática, acesso à internet por via de banda larga, computadores para uso dos alunos, auditório, quadra de esportes coberta, área verde, abastecimento de água e energia elétrica pela rede pública, água filtrada consumida pelos alunos, banheiros e esgoto sanitário e prédio escolar próprio. Em relação a outras dependências que não a sala de aula, o colégio tem salas dos professores, da diretoria, da secretaria, almoxarifado e refeitório, sendo sua coleta de lixo periódica.

Segundo os dados relativos ao ensino médio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Índice de Desenvolvimento da educação Básica do ano de 2017 e do Plano Nacional de Educação (PND) para o mesmo ano, o estado do Espírito Santo (ES) é o primeiro colocado e o Pará (PA), o último, em língua portuguesa e matemática (Tabela 2). O estado de Alagoas está abaixo das médias nacionais em ambas as avaliações e em relação à média brasileira. Porém, o CPMM está acima, tanto da média brasileira quanto do estado melhor colocado, o que significa que a metodologia de ensino e aprendizagem está atendendo à qualidade desejada aos seus alunos.

Tabela 2 – Resultados do Saeb (2017)

Estado/CPMM	Língua Portuguesa	Matemática
ES	283,7	291,6
AL	256,0	257,2
PA	245,1	245,5
Média Brasil	267,6	269,7
CPMM	286,5	302,32

Fonte: Relatório Saeb. Adaptado pelo autor.

Na Tabela 3, são apresentados os Idebs relativos ao que foi observado para 2017. A Meta 7 do PNE tem por objetivo fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir a média nacional de 4,7. Essa meta só foi atingida pela rede particular do EM, com 5,8. Nas demais esferas públicas, inclusive no CPMM, ela não foi atingida. Tal situação acende uma luz de alerta, para que nós, tanto professores como gestores educacionais, fiquemos atentos à situação, pois, em 2021, o valor a ser atingido pelas escolas do EM seja de 5,2, média que, hoje, se encontra bem distante de ser atingida.

² Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/27220044>. Acesso em: 20 dez 2019.

Tabela 3 – Resultados do Ideb (2017)

Estado/CPMM/PNE	Observado	Projetado
Brasil	3,5	4,4
GO	4,3	4,2
AL	3,3	4,1
BA	2,7	4,1
Colégios particulares	5,8	4,7
Maceió	3,5	Não divulgado
CPMM	4,5	Não divulgado
PNE	XX	4,7

Fonte: Inep. Adaptado pelo autor.

Como informado anteriormente, existe reserva de vagas para os dependentes dos militares e servidores, porém, há a possibilidade da participação para a comunidade em geral, conforme critérios estabelecidos. Para 2019, como previsto no edital da Secretaria de Educação nº 024/2018, foram disponibilizadas 90 vagas para o 6º ano do ensino fundamental, porta de entrada para este colégio, sendo 45 para dependentes e 45 para não dependentes, mas de candidatos da rede pública. O processo seletivo conta com uma prova objetiva de sondagem com 20 questões, dez de matemática e dez de língua portuguesa. Em caso de empate, existem critérios para o desempate, um deles bem interessante, ou seja, o de apresentar menor nível de condição socioeconômica e não superior a dois salários mínimos.

4.1 Análise da coleta de dados

O sujeito deste estudo, a princípio, seria um gestor administrativo-pedagógico do CPMM, mas, nos contatos realizados por *e-mail*, foi aberta também a possibilidade de o próprio diretor responder ao questionário, um instrumento de coleta com dez perguntas abertas, que foi encaminhado e retornado também por correio eletrônico. As perguntas foram direcionadas para as críticas que surgiram durante a montagem do quadro teórico e estado da arte sobre o tema dos colégios militares e militarização da educação pública, tendo como fio condutor a gestão compartilhada. A análise é desenvolvida na sequência das perguntas ao gestor do referido colégio, que, por sigilo da fonte, não terá seu nome divulgado, portanto, doravante, denominado “diretor”.

A primeira questão procurou avaliar o sujeito respondente no caso, o diretor, em relação a sua formação profissional e está dividida em duas partes, e foi a seguinte: Há quanto tempo o sr. é diretor/gestor no Colégio Tiradentes da PM-AL de Maceió? Qual a sua formação/preparação profissional para esse cargo? A resposta deixou clara a experiência do diretor no cargo, no qual ele se encontra há 4 (quatro) anos e 4 (quatro) meses. Em relação a

sua formação profissional, foi participativo que é bacharel em ciências econômicas e em administração, tem pós-graduação em administração pública, em docência do ensino superior e em pedagogia estratégica, além de um MBA em gestão educacional. Pelo exposto, consideramos que o diretor tem a qualificação e experiência necessárias para o exercício do cargo.

A questão dois procurou avaliar, na visão do gestor administrativo-militar, se existe alguma diferença entre o colégio em estudo e as demais escolas públicas e privadas e, caso existam, quais poderiam ser. A resposta foi direta, “*sim há*”. O tema da disciplina e da hierarquia foi, no primeiro momento, citado pelo respondente. Outro ponto muito importante foi que o planejamento anual do colégio, com início e término do ano letivo, foi cumprido em sua totalidade, não ocorrendo paralisações dos profissionais, excetuando férias e folgas regulares.

O cumprimento do ano letivo, com 200 dias de aula, e a matriz curricular, em consonância com o previsto pelo MEC através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) participando da matriz curricular do CPMM, suscitou a questão seguinte, que procurou verificar o que existe de conteúdos, além do que deveria ser ensinado aos seus alunos. O diretor confirmou que existem disciplinas militares, como as de continência e sinais de respeito (CSR), hinário e educação física, como modalidades diferenciadas. A ordem unida, tão criticada nas diversas referências também faz parte, utilizando-se um tempo de aula de 50 minutos por semana. Quando realizada, a formatura matinal ocorre às terças-feiras, em que há o hasteamento dos pavilhões nacional, estadual e do colégio, avisos, orientações, elogios, palestra do aluno da 3ª série e desfile ao final.

Um tema que sempre preocupa, tanto os pais quanto os alunos, é sobre as avaliações da aprendizagem. A questão quatro procurou verificar como elas são praticadas pelos professores e se são direcionadas às avaliações externas e Enem. Segundo o respondente, “*As avaliações visam a mensurar o grau de aprendizagem do conteúdo apresentado. De certa forma, não existe um trabalho específico para avaliações externas, pois acreditamos que o conteúdo trabalhado no decorrer do ano letivo, os alunos estarão aptos para fazer*”.

A questão cinco procurou verificar como são desenvolvidas e construídas as relações interpessoais e profissionais entre a comunidade escolar. Sem tirar uma vírgula da resposta do diretor, este autor corrobora com a retórica exposta: “*As relações interpessoais com alunos e pais surgem através do respeito às diferenças, aos credos, gêneros, etnias etc., estabelecendo a habilidade de lidar com todos, estabelecendo vínculos com pais e professores a cada bimestre, para a discussão da evolução ou não do aluno. Além de reunião com a direção do colégio, no início e término do ano letivo. Professores e militares vivem de forma harmônica, estabelecendo o cumprimento de metas programadas para aquele ano letivo. Os pais têm*

acesso à direção, no momento em que eles querem e necessitam.”

O modelo educacional do estudo de caso abarca uma infraestrutura ímpar em nossa educação. Por isso mesmo, a próxima questão procurou diagnosticar se há um elemento específico para o alcance dos resultados no Ideb (fator de diferenciação), como os professores, os conteúdos, as normas, os militares, os alunos, a estrutura física, os recursos financeiros etc. A resposta foi curta, mas direta e dela se infere que existe uma liderança participativa da direção em todos os ambientes e comunidade escolar. A resposta: *“O respeito, a disciplina, o comprometimento e conteúdo passado de forma direta estabelecem o sucesso das aprovações”*.

A sétima questão apresenta a ideia de que sejam expostos os desafios vivenciados pelos gestores, professores e estudantes enquanto sujeitos integrantes e participativos do CPMM. A resposta veio ao encontro do pensamento deste autor, quando vivenciamos salas de aula cheias de pessoas que aparentemente estão presentes, mas que estão, em certa medida, ausentes em pensamentos e divagações. O que é realizado pela gestão administrativa-pedagógica, com a anuência dos docentes é: *“Mostrar a importância do processo de aprendizagem e trazer o aluno para o mundo real, diante das inúmeras possibilidades de dispersão com shows e redes sociais”*.

Ambas as questões que se seguem tratam basicamente do mesmo tema, a formação do cidadão e como o CPMM contribui para isso, uma temática crítica ao extremo e já apresentada anteriormente. O diretor acredita que a formação proporcionada pelo colégio atende ao que se preconiza como formadora dos cidadãos, pois, além dos conteúdos curriculares, é também trabalhado o respeito ao próximo. Quando perguntado se a militarização das escolas forma sujeitos não críticos, o respondente foi claro: *“Discordo totalmente. Trabalhamos a pessoa, o cidadão para o estudo e para vida. Não há cerceamento de opiniões, pelo contrário, temas considerados polêmicos realizamos debates contra e a favor, para que possam expor seus pensamentos, o aluno é respeitado como um todo, independente de gênero, credo etc.”*

A última questão foi de tema livre, o diretor poderia expor o que desejasse em relação ao escopo deste estudo. Não cabe, no momento, que se faça alguma avaliação do que é colocado a seguir, mas se verifica, com a resposta transcrita, a justificativa deste estudo. A resposta do diretor: *“Infelizmente, a sociedade tem uma visão distorcida dos colégios militares. Hierarquia e disciplina existem em qualquer profissão. E se exemplos arrastam porque não mostrar respeito e valores desde cedo? O tema é muito oportuno, pois, desmistifica o pensamento da sociedade contra os CPMs, aliás, de alguns profissionais de Educação que falam e são contra, sem conhecer de forma real o colégio. A cada ano, a procura aumenta. Alguns pais, pelos índices de aprovações, olimpíadas ganhas nas diversas disciplinas etc.; outros chegam pensando que somos reformatórios para ‘consertar’ filho(a), mostrando, dessa forma, uma visão equivocada, pois a educação é dada pelos pais. Nós, por vezes, educamos,*

entretanto, nós transmitimos conhecimentos e os preparamos para alçarem voos grandes.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acreditar que tudo ao nosso redor teria um outro ponto de vista, que pode ser crítico, mas que também pode ser construtivo, este autor procurou conhecer um tema pouco conhecido e pesquisado, a não ser pelos estudos realizados em relação à militarização das escolas públicas de Goiás, com a imposição de uma política que destituía diretores eleitos e sem a participação da comunidade acadêmica. Porém, como vimos anteriormente no Ideb 2017, para o EM, Goiás é o estado com maior média, porém, quando vamos para o Saeb 2017, o Espírito Santo se torna o melhor estado pontuado tanto em matemática quanto em língua portuguesa. O que isso significa, visto que o Espírito Santo não tem colégios militarizados e nem Colégio Militar do Exército? Que uma boa gestão administrativa-pedagógica independe da militarização ou não, mas de uma atuação inicial firme e prioritária dos poderes públicos constituídos, somado a uma comunidade escolar participativa e que sabe que, sem educação, não conseguiremos nos desenvolver.

As críticas negativas desveladas, em grande medida, não tiveram autores que vivenciaram o modelo de ensino militarizado, cuja disciplina é também a do estudo, que a hierarquia é também a do respeito ao próximo, independente de raça, cor, credo etc. Excessos existem e devem ser publicitados, mas o sucesso deve também ser divulgado. Afirmar que os alunos dos colégios militares são dóceis, castrados, não críticos e que são homogêneos por intermédio de pouquíssimas disciplinas militares, que apenas ensinam algo que nos dias atuais estão um pouco distante, como a ética, o civismo, o respeito e o Hino Nacional, não está correto, apenas uma retórica vazia.

Os militares do nosso estudo de caso não usam armas dentro dos muros do colégio, convivem em harmonia com os seus pares do setor pedagógico e docência, cuidam de manter uma estreita relação com os responsáveis por seus alunos, tanto em reuniões de pais e mestres, quanto na convivência de portas abertas à comunidade. Um fator de força nessa relação é o Grêmio Estudantil, que participa de atividades em que os alunos, mestres, gestores militares e responsáveis, como numa simples festividade junina, têm, no diálogo alegre e descontraído, uma relação de união com a comunidade escolar.

Não é cobrada nenhuma mensalidade, o CPMM não está localizado em área de risco social, participa dos eventos acadêmicos, tanto regionais como nacionais, usa uniforme, os meninos de cabelo curto, tem disciplina de ordem unida, tem excelentes resultados nas avaliações em larga escala. E daí? Por isso tudo, eles não deixam de formar cidadãos conscientes dos seus deveres, em um Brasil em desenvolvimento e num século de rápidas mudanças em diversos campos do conhecimento e da profissionalização. Deveremos

preparar os jovens para serem, antes de tudo, cidadão éticos, pois as profissões que existem atualmente podem não existir daqui a poucos anos.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Lei nº 6.568, de 06 de janeiro de 2005**. Institui na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas o Sistema de Ensino Militar e dá outras providências. Maceió: Conselho Estadual de Segurança Pública, 2005. Disponível em: <http://www.conselhodeseguranca.al.gov.br/legislacao/corpo-de-bombeiros-militar-de-alagoas/Lei6568-ensino.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

BELLE, H. B. de M. Escola democrática e escola com burocracia: atuação dos colégios da Polícia Militar no Estado de Goiás. **Revista Saberes**, Natal, v.2, n.esp, jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/saberes/index>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.1, 5 out. 1988. Publicação original.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, edição extra, Brasília, DF, p.1, 26 jun. 2014. Publicação original.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, N. M. B. de. **“Pedagógico” e “disciplina”**: o militarismo como prática de governo na educação pública do Estado de Goiás. 2016. 109f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

COSTA, R. M. **A instrução pré-militar como disciplina escolar**: marcas do Exército no Atheneu Sergipense (1909-1946). 2018. 133f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

CRUZ, L. A. de C. M. **Militarização das escolas públicas em Goiás**: disciplina ou medo? 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade de Goiás, Goiânia, 2017.

CURY, C. R. J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo, v.18, n.2, p.163-174, jul./dez. 2002. DOI 10.21573/vol18n22002.25486. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/25486/14810>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FONSECA, M. V. R. da. Educação e ensino militar: discutindo conceitos, estabelecendo diferenças e semelhanças. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DE DEFESA [ENABED], 10., 6 a 8 de julho de 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

GARRIDO, R. G.; FILPO, P. L. Pelotão, alto! militarização como resposta aos casos de violência escolar no Brasil. **Revista Caribeña de Investigación Educativa (RECIE)**, Santo Domingo, República Dominicana, v.2, n.2, p.94-106, jul. /dic. 2018. DOI 10.32541/recie.2018.v2i2. Disponível em: <https://doi.org/10.32541/recie.2018.v2i2>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GOMES FILHO, R. da C.; PRADO, A. L. Colégio Militar da Bahia/Dendezeiros e Colégio Militar de Salvador: uma análise dos fatores que diferenciam os processos formativos [2009 a 2014]. **Revista Formadores: Caderno de Segurança Pública**, Cachoeira, v.10, n. 2. p.100-144, jun. 2017. Disponível em: <http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/download/900/696>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GUIMARÃES, P. C. P; LAMOS, R. de A. C. Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.20, n.43, p. 66-80, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/download/4004/2461>. Acesso em: 30 set. 2019.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. 7. ed. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1985.

LEINER, P. de C. **Meia volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 30 set. 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. rev. ampl. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.38, n.1, p.13-28. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

LUDWIG, A. C. W. **Militarização**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <hghhhma@gmail.com> em 12 out. 2019.

MARONI, J. R. Os motivos que fazem dos colégios militares ilhas de excelência em meio à decadência da educação pública brasileira. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 de outubro de 2019.

NOGUEIRA, J. G. Educação militar no Brasil: um breve histórico. **Camine: Caminhos da Educação**, Franca, v.6, n.1, p.146-172, jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1052/1124>/. Acesso em: 02 set. 2018.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2013.

QUARESMA, M. L. A excelência no plural em colégios singulares. *In*: TORRES, L. L.; PALHARES, J. A. (org.). **Entre mais e melhor escola em democracia**: inclusão e excelência no sistema educativo português. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2014. p.117-132.

ROCHA, M. P. **Colégio policial militar**: um modelo de ensino de qualidade para a educação pública no Brasil. 2018. 105f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2018.

RUOTTI, C. Violência em meio escolar: fatos e representações na produção da realidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.1, p.339-355, jan./abr. 2010.

SANTOS, A. G. dos. **A cultura escolar no Colégio da Polícia Militar Alfredo Vianna – Juazeiro / BA**. 2018. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiaridos) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2018.

SANTOS, P. R. Escolas militares: ênfase ao Colégio Militar Feliciano Nunes Pires. *In*: PORTELA, K. C.; SCHUMACHER, A. J. **Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira**. Ponta Grossa: Atena, 2019, v.1, p.193-200.

SEGUNDO, J. F. B. **O Colégio da Polícia Militar da Paraíba frente ao debate da desmilitarização**: percepção do corpo discente. 2015. 33f. Monografia (Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais) – Centro de Educação da PMPB, Cajazeiras, 2015.

SENNET, R. **Autoridade**. Tradução Vera Ribeiro. 4. ed. São Paulo: Record, 2016.

SILVA, F. C. M. **Sistema Colégio Militar do Brasil**: uma educação de qualidade. 2018. 75f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, R. F. de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos Cedes [online]**, Campinas, ano 20, n. 52, p. 104-121, nov. 2000. DOI 10.1590/S0101-32622000000300008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000300008. Acesso em: 15 dez. 2019.

SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos>. Acesso em: 15 dez. 2019.

VELOSO, E. R.; OLIVEIRA, N. P. de. Nós perdemos a consciência? apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no estado de Goiás. *In*: SEMINÁRIO PENSAR DIREITOS HUMANOS: EDUCAÇÃO E(M) DIREITOS HUMANOS: PENSAR AS VIOLÊNCIAS, 6., 24 a 26 nov. 2015, Goiânia. **Anais eletrônicos [...]**. Goiânia: Faculdade de Direito da UFG, 2015. p.448-460. GT 3 – práticas e representações sociais de promoção e defesa dos direitos humanos. Disponível em: https://pensardireitoshumanos.ndh.ufg.br/up/883/o/33._N%C3%B3s_Perdemos_a_Consci%C3%Aancia___Apontamentos_sobre_a_militariza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

TEIXEIRA, C. C. S. **Escolas Cívico-militares**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <hghhhma@gmail.com> em 21 jun. 2019.

WESTIN, R. Militarização de colégio público divide opiniões. **Jornal do Senado**, Brasília, DF, ano 14, n.679, 11 jun. 2019. Especial cidadania. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/558241/cidadania_679.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 dez. 2019.

ZANELATO, E. As percepções de estudantes do Ensino Médio acerca da militarização da escola. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 39., 20 a 24 out. 2019, Niterói. **Anais eletrônicos** [...]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. GT20 - psicologia da educação. 8p. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_9_4. Acesso em: 15 dez. 2019.

ZAVERUCHA, J. **FHC, Forças armadas e política**: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.